

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS E
PROPRIETÁRIOS**



R CAPITAL ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS S.A.

JANEIRO/2026

SUMÁRIO

Sumário	1
I. Objeto.....	2
II. Público-Alvo	2
1. Escopo	2
2. Premissas	2
3. Regras Gerais de Conduta	3
4. Investimentos Permitidos	4
5. Investimentos Restritos	5
6. Vedações	6
7. Pedido de Aprovação para Negociação	6
8. Controles sobre Investimentos Pessoais e Proprietários	6
9. Sanções	7
10. Regras de Interpretação	7
11. Dúvidas e Exceções	7
12. Vigência e Atualização	8

I. OBJETO

A presente Política de Investimentos Pessoais e Proprietários (“Política” ou “PIP”) traça as regras e diretrizes seguidas pela R Capital Asset Management Investimentos S.A. (“R Cap” ou “Gestora”) em investimentos proprietários, bem como as regras aplicáveis a sócios, funcionários, terceirizados com acesso a informações materiais não públicas, trainees e estagiários (“Colaboradores”) para seus investimentos pessoais.

II. PÚBLICO-ALVO

- Todos os Colaboradores.

1. Escopo

Esta Política é elaborada para os seguintes fins:

- I. Gerir conflitos de interesse entre: **(a)** carteiras administradas e fundos de investimento geridos pela R Cap (“Veículos de Investimento”); e **(b)** a R Cap, o grupo econômico que esta integra – liderado pela holding RTSC Administração e Participações Ltda. (“RTSC”)¹ – (“Grupo RTSC”) e os Colaboradores, conforme aplicável;
- II. Orientar Colaboradores sobre condutas irregulares no mercado financeiro e de capitais, em especial aquelas coibidas pela Lei nº 6.385/1976 e pela Resolução CVM nº 62/2022;
- III. Dar transparência ao mercado sobre as práticas R Cap para investimentos proprietários e para investimentos pessoais de seus Colaboradores; e
- IV. Adotar práticas para priorizar o interesse dos Veículos de Investimento e dos Investidores em relação aos da R Cap.

2. Premissas

Para a consecução dos objetivos acima e definição dos investimentos permitidos e investimentos restritos, a R Cap levou em consideração:

¹ Além da R Cap, integram o Grupo RTSC outras empresas que prestam serviços de administração de carteiras de valores mobiliários, securitização de recebíveis e outros segmentos sujeitos à regulamentação aplicável ao mercado de capitais. Tais empresas são informadas no Formulário de Referência da R Cap, disponível em www.rcap-asset.com.br.

- I. O fato de a atuação da Gestora ser voltada, especialmente, mas não exclusivamente, à gestão de: **(a)** fundos de investimento imobiliário (“FII’s”); **(b)** fundos de investimento em participações (“FIP’s”) em especial nos setores imobiliário e de entretenimento; **(c)** FIF de natureza *feeder* – isto é, investidores nos demais Veículos de Investimento citados; e fundos de investimento financeiro (“FIF”) regidos pelo Anexo I da Resolução CVM nº 175 restritos ou classes exclusivas;
- II. Os ativos-alvo dos Veículos de Investimento, que são, em sua maioria, destinados a público qualificado (e.g., certificados de recebíveis imobiliários) e por vezes não estruturados e não disponíveis aos investidores em geral (e.g., participação em *equity* em sociedades empresárias limitadas ou sociedades anônimas fechadas);
- III. A completa segregação entre R Cap e demais empresas do Grupo RTSC nas esferas física, lógica, tecnológica, funcional e de centro de decisão; e
- IV. A existência de Veículos de Investimento com cotas listadas e admitidas à negociação em bolsa de valores.

Os fatores (I), (II) e (III) foram considerados como mitigantes do risco de conduta ilegal ou prática não equitativa (e.g., *insider trading*, *front running*) por Colaboradores. O fator (IV) foi considerado um elemento de incremento de risco.

3. Regras Gerais de Conduta

Os Colaboradores, no que se refere a seus investimentos pessoais, e a Gestora, no que se refere à sua carteira proprietária, devem observar as seguintes práticas equitativas para a negociação de títulos e valores mobiliários, outros ativos financeiros ou outros ativos passíveis de aquisição por FII’s, FIP’s e FIF’s:

- I. Obediência a esta política, aos procedimentos legais e às melhores práticas de mercado, normas e as demais recomendações internas da Gestora;
- II. Boa-fé e transparência na realização das operações;
- III. Não utilizar de informações sigilosas, confidenciais e restritas como base de tomada de decisão nas negociações de títulos e valores mobiliários, ainda que, não seja de ativos relacionados com a Gestora;

- IV. Inexistência vedação legal ou regulatória aplicável ao Colaborador² ou à R Cap que impeça a negociação de determinado ativo;
- V. Inexistência de conflito material com as posições detidas pelos Veículos de Investimento R Cap; ou que, de modo sabido pelo Colaborador, estejam no *pipeline* da R Cap;
- VI. Ausência de conflito material com posições ou interesses do Grupo RTSC que sejam de conhecimento do Colaborador;
- VII. Ausência de *trades* em volume excessivo, que comprometa o desempenho profissional dos Colaboradores em razão do tempo dispendido;
- VIII. Não utilização de interpostas pessoas para a realização de operações vedadas ou que necessitem de aprovação de Compliance, nos termos desta PIP; e
- IX. Caso possua investimentos pessoais em FII's ou FIP's com gestão na R Cap ou em CRI's e demais ativos que componham a carteira destes, procurem Compliance para realizar a Declaração de Investimentos Pessoais;

As regras desta Seção 3 são aplicáveis tanto aos investimentos listados na Seção 4 quanto na Seção 5.

4. Investimentos Permitidos

São exemplos de investimentos permitidos aos Colaboradores e à R Cap, exceto se inclusos na lista restrita mencionadas na Seção 5 ou sujeitos às demais condições e restrições desta Política:

- I. Investimentos em títulos públicos;
- II. certificado de depósito de bancário ("CDB's");
- III. fundos de investimento ou carteiras administradas geridos discricionariamente por terceiros;
- IV. moeda estrangeira;
- V. previdência privada;

² De modo não diretamente relacionado à R Cap, Colaboradores podem estar sujeitos a vedações outras, de natureza legal ou regulatória, que os impeçam de negociar determinado ativo (e.g., ser pessoa vinculada a determinada sociedade anônima com valores mobiliários sujeitos à negociação). A R Cap reserva-se o direito de aplicar sanções, inclusive desligamento, a Colaboradores que descumpram tais vedações e causem dano reputacional à R Cap.

- VI. títulos de capitalização;
- VII. ações e demais títulos e valores mobiliários;
- VIII. crédito privado de empresas que não sejam ativos-alvo de Veículos de Investimento R Cap; e
- IX. ativos de qualquer natureza passíveis de aquisição por FII's, FIP's ou FIF's.

Respeitada a Seção 3, a aquisição, venda dos ativos acima ou de opções a estes relacionadas, se aplicável, **não** demanda a aprovação prévia de Compliance.

5. Investimentos Restritos

São investimentos restritos, cuja compra, venda ou negociação de opções, se aplicável, é sempre sujeita à necessária prévia aprovação de Compliance:

- I. Investimentos em Veículos de Investimento, no qual haja o potencial conflito existente pela hipótese de o Colaborador possuir informação material não pública sobre ativos constantes em determinada carteira de Veículo de Investimento ou sobre o próprio Veículo de Investimento;
- II. Investimentos em crédito privado ou *equity* de ativos já integrantes da carteira de Veículos de Investimento ou no *pipeline* da Gestora – assim entendidos os ativos sob a análise desta;
- III. Investimentos em fundos de investimento de gestão de terceiros na hipótese de estes terem, conforme informações públicas ou privadas disponíveis ao Colaborador, mais de 10% (dez por cento) de concentração em Veículos de Investimento (isto é, fundos de investimento e carteiras geridos pela R Cap);
- IV. Crédito privado de empresas relacionadas ou não ao mercado imobiliário, de entretenimento ou outros similares que sejam ativos-alvo de Veículos de Investimento R Cap.
- V. Fundos geridos pelas gestoras R Capital, Devant, Hectare ou qualquer outra que venha a fazer parte do Grupo RTSC, precisam da autorização de Compliance para serem negociados. Não se limitando a estes, seguem alguns exemplos: TORD11, VSLH11, HCTR11, DEVA11, Hectare Real Estate; e
- VI. O Compliance R Cap, neste momento, não incluirá fundos externos que invistam em fundos R Cap expressamente em lista restrita. É, contudo, recomendado a todos os Colaboradores parcimônia ao realizar esse tipo de alocação, em especial em fundos investidores que, direta ou indiretamente, detenham mais de 10% em ativos geridos pela R Cap.

6. Vedações

Visando atender as melhores práticas de mercado, no que se refere a investimentos pessoais com valores mobiliários dos Colaboradores da RCap, é vedado:

- I. Realizar operações que possam prejudicar o bom andamento dos mercados;
- II. Atuar como contraparte de operações da RCap a fim de obter vantagem na realização da negociação;
- III. Realizar operações espelhos, ou seja, que utilizem a mesma estratégia da Gestora na administração de recursos de suas carteiras;
- IV. Girar a carteira de forma excessiva e/ou forjar demanda pelos papéis, e criar ou incentivar rumores;
- V. Realizar operações que configurem (i) criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários; (ii) manipulação de preços (iii) operação fraudulenta; e (iv) prática não equitativa;
- VI. Utilizar contas de terceiros como forma de burlar as diretrizes contidas nesta política ou em normativos;
- VII. A divulgação de informação confidencial, entendida como qualquer informação que possa ser utilizada por terceiros para se obter vantagem na compra e venda de títulos ou valores mobiliários, que não seja objeto de divulgação equitativa ao mercado; e
- VIII. A prática de *Insider Trading* e *Front Running*.

7. Pedido de Aprovação para Negociação

O Colaborador que desejar solicitar a aprovação de Compliance para a realização de negociações de ativos listados na Seção 5 deverá realizar pedido a Compliance, por meio de sistema disponível (Compliasset).

Na hipótese de Compliance autorizar a transação, esta deverá ser executada em até 3 (três) dias úteis, salvo se outro prazo constar na autorização.

Preferencialmente, deverá ser solicitado entre o 5º DU (após divulgação de rendimentos), e até dia 20 do mês.

8. Controles sobre Investimentos Pessoais e Proprietários

Considerando a Seção 2, a partir de análise baseada em risco, a R Cap não mantém lista de intermediários previamente autorizados a executar *trades* de Colaboradores.

Os mecanismos de controle utilizados para a regular fiscalização dos Colaboradores e da própria Gestora são:

- I. Adesão do Colaborador aos termos desta PIP;
- II. A R Cap irá solicitar, periodicamente (conforme necessidade definida pelo Diretor de Risco e Compliance), a confirmação da não realização de operações dos ativos mencionados na lista restrita, disponível na Seção 5 da Política de Investimentos Pessoais e Proprietários; e
- III. Possibilidade, consentida pelo Colaborador, de a R Cap solicitar cópia de extratos em instituições financeiras, demonstrativos de câmaras de liquidação e custódia para fins de conferência de operações e de carteira, caso o Diretor de Risco e Compliance julgue necessário.

A R Cap poderá utilizar outros meios, desde que em consonância com a legislação e a regulamentação vigentes, para fiscalizar o cumprimento desta Política pelos Colaboradores.

9. Sanções

O descumprimento desta Política por Colaboradores pode gerar sanções internas previstas no Código de Ética da Gestora, incluindo advertência e desligamento, sem prejuízo de outras sanções que sejam legalmente aplicáveis.

10. Regras de Interpretação

A PIP está, no melhor entendimento da R Cap, em conformidade com a lei, a regulamentação e a autorregulamentação vigentes.

Alterações supervenientes em lei *stricto sensu* (e.g., na Lei nº 6385/19760, na regulamentação (e.g., resoluções da CVM) ou na autorregulamentação a que a R Cap seja aderente (e.g., Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros) são imediatamente aplicáveis independente de alteração deste documento e, em caso de conflito efetivo e material, prevalecem em relação à Política.

11. Dúvidas e Exceções

Todas as dúvidas e/ou exceções a esta Política devem ser dirimidas e aprovadas pelo Comitê de Compliance, mediante justificativa.

12. Vigência e Atualização

Esta Política será revisada anualmente ou a qualquer tempo que se fizer necessário. Poderá, ainda, ser alterada na hipótese de determinação legal ou regulatória.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Março de 2021	1.0	Diretor de Compliance, Risco e PLD
Outubro de 2022	2.0	Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP
Fevereiro de 2024	3.0	Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP
Julho de 2025	4.0	Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP
Janeiro de 2026	5.0	Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP